



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

EXMO. SENHOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
ASSUNTOS EUROPEUS

N.º único: 514625

N/referência: 18/10.ªCSST/2015

Data: 28 janeiro 2015

**ASSUNTO: Envio do Parecer sobre a COM (2014) 902 - Análise Anual do Crescimento para 2015.**

Para os devidos efeitos, junto se remete a Vossa Excelência o **Relatório sobre a COM (2014) 902 – “Análise Anual do Crescimento para 2015”**, aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e abstenções do PCP e do BE, na reunião desta comissão Parlamentar, de **28 de janeiro de 2015**,

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Manuel Canavarro)





Comissão de Segurança Social e Trabalho

---

**PARECER**  
**COM (2014) 902**  
**Análise Anual do Crescimento para 2015**

**Autor: Deputado Mário**  
**Ruivo (PS)**



Comissão de Segurança Social e Trabalho

---

**ÍNDICE**

**PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA**

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

**PARTE III – CONCLUSÕES**

## **PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA**

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a Comunicação da Comissão — Análise Anual do Crescimento 2015 [COM(2014)902] - foi remetida em 28 de novembro de 2014 à Comissão de Segurança Social e Trabalho e à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do competente parecer.

A aludida iniciativa foi distribuída em reunião da Comissão de Segurança Social e Trabalho de 10 de dezembro de 2014 tendo sido nomeado autor do parecer o Deputado Mário Ruivo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

## **PARTE II – CONSIDERANDOS**

A presente Análise Anual do Crescimento lança o ciclo anual de governação económica conhecido por Semestre Europeu. Combina uma vigilância, a nível da UE, no domínio das políticas orçamentais, macroeconómicas e estruturais antes da preparação dos orçamentos nacionais para o ano seguinte. Desde 2011 que o Semestre Europeu tem constituído um meio de iniciar e orientar importantes reformas orçamentais e estruturais nos Estados-Membros.

Com a entrada em funções de uma nova Comissão, com um programa ambicioso para «o Emprego, o Crescimento, a Equidade e a Mudança Democrática», é o momento ideal para um novo arranque.

## Comissão de Segurança Social e Trabalho

Com este intuito a Comissão Europeia lança uma nova dinâmica de políticas para garantir o crescimento em 2015, as instituições da UE e os Estados-Membros trabalharão em conjunto com vista a uma economia social de mercado para a Europa.

Dadas as disparidades que se verificam entre Estados-Membros, a abordagem correta a adotar varia inevitavelmente de país para país, embora continue a inscrever-se numa abordagem comum integrada.

A Comissão recomenda que a política económica e social da UE em 2015 se desenvolva em torno de três pilares principais:



1. **Um estímulo coordenado ao investimento:** em paralelo com a presente Análise Anual do Crescimento, a Comissão apresenta um Plano de Investimento para a Europa que deverá mobilizar no mínimo 315 mil milhões de EUR de investimento público e privado adicional ao longo do período 2015-2017 e melhorar significativamente o ambiente de investimento em geral.
2. **Um compromisso renovado no sentido de efetuar reformas estruturais:** este compromisso é essencial para que os países possam emergir da dívida e para incentivar a criação de mais e melhores

## Comissão de Segurança Social e Trabalho

---

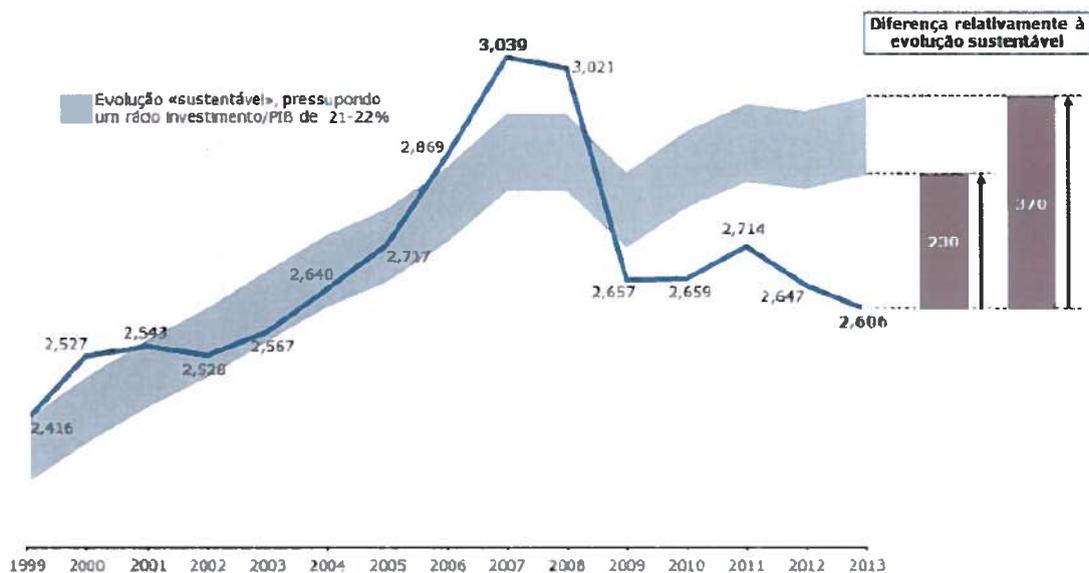
empregos. Os progressos registados a nível nacional e da UE em áreas como os serviços, a energia, as telecomunicações e a economia digital, bem como na melhoria do ambiente empresarial, criam novas oportunidades de emprego e crescimento. É essencial reduzir a burocracia a nível europeu e nacional, no âmbito da agenda Legislar Melhor, para se criar um ambiente regulamentar adequado e promover uma cultura de empreendedorismo e criação de emprego. É necessário que exista uma apropriação e um compromisso à escala nacional, tanto ao mais elevado nível da administração como dos parlamentos nacionais. A «europeização» destes esforços oferece um grande potencial.

- 3. A prossecução da responsabilidade orçamental:** apesar dos progressos consideráveis verificados em termos de consolidação orçamental, os Estados-Membros necessitam ainda de assegurar o controlo a longo prazo dos níveis de défice e de dívida. As políticas orçamentais devem ser diferenciadas em função da situação de cada país. Os Estados-Membros com uma maior margem de manobra orçamental devem adotar medidas para estimular a procura interna, dando especial ênfase ao investimento. Além disso, deve ser promovida a qualidade das finanças públicas, melhorando a eficiência das despesas e privilegiando, na despesa pública, o investimento produtivo, e tornando o sistema fiscal mais eficiente e propício ao investimento. Combater a fraude e evasão fiscais é essencial para assegurar a equidade e permitir aos Estados-Membros cobrarem as receitas fiscais que lhes são devidas.

## 1- Estimular o Investimento:

Há uma necessidade urgente de estimular o investimento na Europa. Em virtude da crise, o nível do investimento caiu em cerca de 430 mil milhões de EUR após ter culminado em 2007 - uma quebra de 15 %.

*Gráfico 2. Evolução recente do investimento na UE*  
(Formação bruta de capital fixo real, UE-28, a preços de 2013, em milhares de milhões de EUR)



O Plano de Investimento para a Europa que a Comissão apresenta em paralelo com a presente Análise Anual do Crescimento irá complementar e potenciar os esforços já desenvolvidos. Mobilizará no mínimo 315 mil milhões de EUR até ao final de 2017, em investimentos públicos e privados adicionais. Em primeiro lugar, isto pode ser feito através de um esforço conjunto das instituições da UE e do Banco Europeu de Investimento (BEI), com a criação de um novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Todavia, os efeitos do Plano serão multiplicados, indo para além dos 315 mil milhões de EUR, uma vez que outras

## Comissão de Segurança Social e Trabalho

partes participarão com contribuições adicionais voluntárias: os Estados-Membros, os bancos de fomento nacionais, as autoridades regionais e os investidores privados têm todos um papel central a desempenhar. É importante referir que a Comissão, no contexto da avaliação das finanças públicas ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento, adotará uma atitude favorável em relação às contribuições de capital para o novo Fundo.

### **2- Um compromisso renovado no sentido de efetuar reformas estruturais:**

A Comissão Europeia considera que, ao nível da UE, é imperativo que se aprofunde mais o Mercado Único e se evite uma sobrecarga regulamentar, nomeadamente para as pequenas e médias empresas, que se melhore o acesso ao financiamento e se assegure a qualidade do investimento em investigação e inovação. A nível dos Estados-Membros, estes esforços têm de ser complementados por uma execução ambiciosa das reformas estruturais dos mercados de produtos, de serviços e do trabalho.

A realização do mercado único de bens e serviços é uma prioridade. Com mais de 500 milhões de consumidores, o Mercado Único europeu continua a ser o mais poderoso motor de crescimento a nível da UE.

A reforma e a modernização das nossas economias é imprescindível para sustentar o modelo social europeu. É importante que todos os membros da sociedade, nomeadamente os parceiros sociais, assumam um papel neste processo e apoiem ativamente a mudança.

Uma implementação ambiciosa das reformas estruturais nos mercados dos produtos, dos serviços e do trabalho pode contribuir para o aumento da produtividade, a recuperação da competitividade e a melhoria do ambiente empresarial, fomentando assim também o investimento. Pode contribuir para um reequilíbrio duradouro do nosso modelo de crescimento, para atenuar o

## Comissão de Segurança Social e Trabalho

---

impacto negativo do necessário desendividamento do setor privado e para a prevenção dos desequilíbrios macroeconómicos nocivos. Além disso, através dos efeitos sobre o crescimento, a produtividade e o emprego - na condição de existirem os mecanismos de transmissão adequados - pode também contribuir para melhorar as condições sociais em geral e reduzir a pobreza, bem como para assegurar a sustentabilidade da dívida pública e privada.

Para 2015, a Comissão recomenda que as atenções se centrem numa série de reformas fundamentais:

- Melhorar a dinâmica dos mercados de trabalho e combater o elevado nível de desemprego.
- Reformar os sistemas de pensões.
- Modernizar os sistemas de proteção social.
- Melhorar a flexibilidade dos mercados de produtos e serviços.
- Melhorar as condições de enquadramento do investimento das empresas.
- Melhorar a qualidade do investimento em investigação e inovação (I&I).
- Melhorar a eficiência da administração pública.

### **3- A prossecução da responsabilidade orçamental:**

Perante o acentuado agravamento dos níveis do défice e da dívida em toda a UE durante a crise financeira, foi necessário proceder a uma importante consolidação orçamental para restabelecer a confiança na sustentabilidade das finanças públicas dos Estados-Membros e quebrar o círculo vicioso entre a progressão da dívida soberana e a instabilidade financeira.

### Comissão de Segurança Social e Trabalho

---

Os ajustamentos significativos efetuados nos últimos anos conseguiram reduzir os défices e estabilizar os níveis da dívida na UE.

No entanto, a dívida pública continua a ser muito elevada, o que, aliado a um importante endividamento externo, torna as economias mais vulneráveis a choques adversos e pode atuar como um travão ao crescimento. Estes desequilíbrios podem igualmente representar uma ameaça para o bom funcionamento da área do euro no seu conjunto. O crescimento da dívida pública tem de ser invertido nos próximos anos, em consonância com as obrigações assumidas pelos Estados-Membros no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que pode ser alcançado através de uma combinação de políticas orçamentais responsáveis e de crescimento económico.

Do lado das receitas, é importante assegurar um sistema fiscal eficiente e propício ao crescimento. O emprego e o crescimento podem ser estimulados através da transferência da fiscalidade do trabalho para outros tipos de impostos menos nocivos para o crescimento, como por exemplo os impostos recorrentes sobre os bens imóveis, os impostos ambientais e os impostos sobre o consumo, tendo em consideração o potencial efeito redistributivo dessa transferência. A elevada fiscalidade do trabalho constitui, desde há muito, um problema na Europa, existindo diferenças de 40% entre Estados-Membros no que respeita aos custos de contratação de trabalhadores ao salário médio e os salários líquidos que esses mesmos trabalhadores recebem efetivamente.

Do lado das despesas, há que privilegiar o investimento público produtivo e as classes de despesas correntes mais favoráveis ao crescimento. Uma decisão rápida sobre o Plano de Investimento para a Europa proposto pela Comissão contribuiria para apoiar estas prioridades. Os sistemas de segurança social têm um papel a desempenhar no combate à pobreza e na promoção da inclusão social. A eficiência dos atuais programas de despesas para alcançar os

Comissão de Segurança Social e Trabalho

respetivos objetivos deverá ser potenciada pela adoção de reformas e outras medidas, como a análise das despesas.

### PARTE III – CONCLUSÕES

Face aos considerandos que antecedem, a CSST conclui no seguinte sentido:

- a) A Comunicação da Comissão Europeia relativa à Análise Anual do Crescimento representa o ponto de partida do Semestre Europeu. Para o ano de 2015, a Comissão mantém as três grandes prioridades orçamentais e económicas, identifica as orientações principais para cada uma delas e estabelece o calendário para a coordenação das políticas económicas. As orientações fornecidas na presente Análise Anual do Crescimento irão ser discutidas a nível da UE para preparar o Conselho Europeu de março de 2015 e para ajudar na preparação da próxima ronda de programas nacionais e recomendações específicas por país;
  
- b) O projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego que acompanha a Comunicação da Comissão Europeia relativa à Análise Anual do Crescimento para 2015 [COM(2014)902] e procede a uma detalhada análise da situação do emprego na União Europeia, identifica desenvolvimentos das políticas sociais e de emprego e apresenta um painel de indicadores económicos e sociais de elevada relevância;

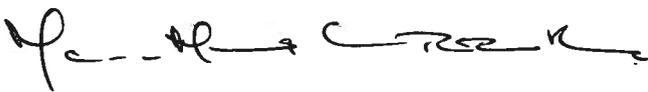
Comissão de Segurança Social e Trabalho

- c) Uma vez que estamos perante uma Comunicação da Comissão, não se tratando, pois, de uma iniciativa legislativa, não cumpre analisar o cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;
- d) O presente relatório deve ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

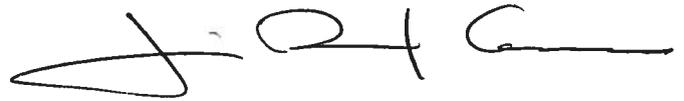
Palácio de S. Bento, 28 de janeiro de 2015.

O Deputado Relator

O Presidente da Comissão



(Mário Ruivo)



(José Manuel Canavarro)

